
As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria*

GRACIELA ZUBELZÚ DE BACIGALUPO**

As relações bilaterais soviético-brasileiras

As relações bilaterais russo-brasileiras têm se caracterizado por ser tão antigas quanto distantes. Seu início remonta a 1827 quando a Rússia reconhece a independência do Brasil, ou mais precisamente a 1828, momento em que ocorre o mútuo estabelecimento de representações diplomáticas.¹

Como toda relação bilateral, o caso sob análise é um produto resultante de um conjunto de decisões políticas e econômicas, públicas e privadas, tomadas em cada um dos países relacionados. Essas decisões se manifestam em ações que podem ser diretas ou indiretas, intencionais ou involuntárias, e podem inclusive manifestar-se sob a forma de uma inação. Quer dizer que o caráter das relações bilaterais nem sempre corresponde a políticas ativas e diretas de cada participante em relação ao outro, mas frequentemente resulta de condicionantes de tipos diferentes – externas, internas, conjunturais, estruturais – que afetam um ou ambos os *partners*.

No caso russo-brasileiro, as relações bilaterais passaram a sofrer, a partir da revolução bolchevique de 1917, uma forte restrição derivada da ideologia do novo regime político russo. Desse ponto em diante e durante a maior parte de sua história, essas relações foram de baixa intensidade e continuaram muito influenciadas por fatores ideológicos que predominavam no desenho da política externa brasileira. A hostilidade em relação à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS se explicava em grande parte por fatores domésticos (temor da expansão do Partido Comunista Brasileiro – PCB) e pelo estreito vínculo do Brasil com os Estados Unidos da América – E.U.A (alinhamento automático a partir de 1947). Nesse sentido não escapavam a uma espécie de regra de ouro que caracterizou as relações da URSS com os países de América Latina: quanto maior vinculação desses aos E.U.A, mais hostilidade em relação à URSS. Assim, é fácil compreender que em

Rev. Bras. Polít. Int. 43 (2): 59-86 [2000]

* Traduzido do Espanhol por Estêvão Ferreira Couto.

**Professora de Teoria das Relações Internacionais na Universidade Nacional de Rosário. A autora deseja expressar seu agradecimento à Embaixadora Thereza Machado Quintella pelos valiosos comentários a uma versão preliminar deste artigo.

razão do estreito vínculo com Washington, durante a etapa de entendimento entre os aliados triunfantes na Segunda Guerra Mundial, o Brasil tivesse restabelecido as relações diplomáticas com a URSS e legalizado o PCB em 1945. Inversamente, o início da Guerra Fria entre os antigos aliados, em 1947, provocou uma nova ruptura das relações diplomáticas soviético-brasileiras e também a decretação da ilegalidade do PCB.

As relações diplomáticas se restabelecem em 1961, no quadro de uma política externa mais independente impulsionada pelos presidentes Quadros e Goulart. Esse intento de aproximação sofre um novo estancamento com o golpe militar de 1964, ainda que nessa oportunidade não haja uma nova ruptura diplomática.²

Em princípios dos anos setenta, o governo militar brasileiro realiza um desdobramento entre sua política externa e interna. A política externa torna-se mais pragmática e passa a reconhecer o peso da URSS no cenário internacional e as possibilidades de uma aproximação econômica de Moscou. Firmam-se um convênio de cooperação em 1970 e outro de navegação marítima em 1972, enquanto aumentam as relações comerciais e o Brasil inicia suas importações de petróleo da URSS. Em março de 1975 é assinado um convênio comercial e o intercâmbio total entre os países alcança 440 milhões de dólares em 1976.

Na década de 1980, a política externa brasileira continua procurando afirmar uma maior independência e não adere ao embargo norte-americano, nem ao boicote dos Jogos Olímpicos celebrados em Moscou, imposto à URSS por causa da invasão do Afeganistão. Embora essa decisão assinale uma mudança da sua posição, as conseqüências da não adesão são mais simbólicas, pois, o comércio bilateral não alcançava a relevância que tinha para outros sócios latino-americanos da URSS, como a Argentina. Entretanto, no plano interno o governo militar continuou mantendo o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade.

A interrupção de uma conduta externa tradicional, se explica tanto pela adoção de uma estratégia destinada a diversificar seus contatos, quanto pela necessidade de aumentar as exportações em razão do momento recessivo que atravessava a economia brasileira. Em 1981, é concluído um acordo pelo qual o Brasil exporta 600.000 toneladas de soja e importa 30.000 barris de petróleo diários. O comércio bilateral alcança 640 milhões de dólares.³ Nessa década se destaca como um fator de novidade o início de projetos conjuntos na área energética, como, por exemplo, a construção da represa de Capanda, em Angola. Esse fato é também uma demonstração do rápido entendimento bilateral quando se trata de avançar em projetos concretos, apesar do caráter recente da vinculação bilateral.

Não obstante, a maior relevância, evidenciada pelo comércio e pela existência de empreendimentos conjuntos, não se traslada para o plano político, no qual as relações continuaram sendo distantes.

Mais recentemente, no final da década de 1980, com o retorno à democracia no Brasil, começa uma maior aproximação, o que por outra parte se enquadra no

processo de reforma econômica e política soviética, conhecido como Perestroika. Essa também implicou mudanças na percepção sobre a América Latina e, em consequência, na política soviética em relação à região. Ao privilegiar o aspecto econômico como um dos componentes chave da reforma doméstica, as relações exteriores também começam a se estabelecer a partir de Moscou em termos de custos, benefícios e equilíbrios na arena puramente econômica. A política externa soviética em relação à América Latina busca fortalecer os vínculos com os países latino-americanos de maior desenvolvimento relativo, como Brasil, Argentina e México, procurando, por um lado, incrementar as exportações soviéticas, geralmente de menor volume do que as importações.⁴ Firma-se, então, um convênio para a cooperação conjunta em projetos hidroelétricos e para a construção de rodovias no Peru, em Angola e na Etiópia. Nesse quadro se inicia a co-produção de equipamentos energéticos (10 a 100 megawatts) entre a empresa soviética Technopromexport e a companhia estatal brasileira Usimec, assim como a construção conjunta da central hidroelétrica de Capanda em Angola por parte da mesma empresa soviética e da brasileira Odebrecht. Também se obtém um acordo para aplicar na produção os avanços em matéria de eletrônica, robótica e biotecnologia, e um convênio de cooperação entre a empresa soviética Tiazhpromexport e a companhia estatal brasileira Vale do Rio Doce para instalar uma indústria produtora de ferro e manganês e para a irrigação de Pontal no Brasil.⁵ Na medida em que o Brasil sustentava uma política de proteção em algumas áreas chave para seu desenvolvimento, como na informática, os acordos com a URSS tenderam a fortalecer essa linha e a favorecer o estabelecimento de vínculos tecnológicos autônomos da URSS com contrapartes como Brasil, Argentina ou México. Como resultado dessas iniciativas e acordos, a aproximação soviético-brasileira no plano econômico-comercial continuou crescendo a uma taxa anual entre 30% e 34%.⁶

Esta ênfase em vínculos que permitam uma crescente autonomia em matérias tecnológicas se expressa no campo internacional favorecendo o “protagonismo” latino-americano em questões internacionais. Assim, em 1987, durante a visita do então chanceler soviético Shevardnadze a Brasília, emite-se um comunicado conjunto brasileiro-soviético. Esse constitui o primeiro documento político bilateral depois de 26 anos de relações diplomáticas ininterruptas. O mesmo expressa o interesse em intensificar e ampliar as relações interestatais e reivindica o mecanismo de consultas políticas estabelecidas por ambos os governos quando da visita do então chanceler Setúbal a Moscou em outubro de 1985. Também são assinados o Programa de Longo Prazo de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, que entrou em vigor em outubro de 1988 e o Acordo de Cooperação Cultural⁷, que mantém sua vigência quando, em razão da dissolução da URSS, a Rússia se erige como Estado continuador. Esses convênios serão renegociados e modificados quase uma década mais tarde para dar conta das

profundas mudanças que enfrentam ambos os países, mas por esse tempo serviram como os instrumentos jurídicos sobre os quais se sustenta o fortalecimento das relações bilaterais nos anos noventa.

A política externa brasileira tem sido geralmente caracterizada por analistas e estudiosos como um conjunto relativamente coerente e permanente de ações que visavam o alcance de objetivos nacionais imutáveis: paz, desenvolvimento, cooperação. A esses se subordinavam objetivos particulares e imediatos reivindicados por grupos de nacionais, ainda quando o Itamaraty atuava em defesa desses últimos se eram compatíveis com os objetivos vinculados ao interesse nacional.⁸ Essas metas reuniam um alto grau de consenso, garantia fundamental de sua independência das idas e vindas políticas que sofreu o país. Quer dizer que, embora com matizes variados, que geralmente surgiam da adaptação às diversas margens de permissibilidade que o sistema internacional da Guerra Fria permitia, a elite política brasileira se manteve coesa em torno de metas e da instrumentalização de sua política externa.

As mudanças sistêmicas ocorridas nos anos noventa, em particular a expansão do sistema econômico-financeiro capitalista em nível global, pareceria haver aberto um debate substantivo no Brasil a respeito de modelos de inserção alternativos: uma posição que defendia uma inserção internacional limitada, de corte liberal, reduzida à esfera de ação diplomática e proporcional ao peso relativo do país na cena global e, outra posição, que persistia na defesa do modelo nacional-desenvolvimentista, ainda que *aggiornado*. Os críticos da primeira opção assinalavam que essa subordinava os objetivos nacionais a agendas construídas de fora para dentro⁹.

Esse debate passa a transpassar a política externa e é necessário considerá-lo para se demarcar claramente as relações russo-brasileiras atuais.

As relações bilaterais russo-brasileiras

A fragmentação da URSS, o reconhecimento da Federação Russa como *estado continuador*¹⁰ e a orientação política que o Presidente Yeltsin impõe nos primeiros anos de sua gestão, modificam profundamente o cenário internacional. O amplo universo de relações bilaterais que a Rússia herda da ex-URSS sofre também transformações e ajustes. O Brasil, foi um dos primeiros países latino-americanos a reconhecer a nova situação jurídico-política em 26 de dezembro de 1991.¹¹ Isso, somado à aproximação que vinha ocorrendo desde meados dos anos oitenta, alimentou as condições para o início de uma etapa rica em acontecimentos.

Tanto Brasil como Rússia, embora com diferença de matizes ou ênfases, destacam um conjunto de similitudes. Por exemplo, em relação a suas próprias capacidades e dimensões continentais e à reconhecida importância regional de ambos, sua população e PBI, seus imensos recursos naturais e parques industriais.

Também se verificam semelhanças em termos dos processos de transformação adotados nos anos noventa: abertura e modernização de suas economias, liberalização do comércio e o volume do comércio exterior – 34,5 bilhões para Rússia e 33,1 para Brasil.¹² Mencionam-se, além disso, coincidências políticas:¹³ interesses globais, padrão diversificado de vinculação internacional, convergência de posições a partir de uma maior aproximação da Rússia com o Ocidente e o tema do Conselho de Segurança, no qual Brasil cumpriu seu oitavo mandato como membro não permanente e ao qual aspira integrar-se como membro permanente.¹⁴

A política externa do Brasil se refugia na auto-identificação brasileira de país-continente e reconhece a importância de vincular-se a países desse porte como Rússia, China e Índia, aos que se concede relevância *per se*. Aquele conceito crescentemente empregado nos anos noventa por dirigentes políticos brasileiros, tanto como autodefinição do país, quanto para identificar outros pares no cenário internacional, refere a rótulos já conhecidos, tais como Estado pivô (Kennedy) e países continentais (Sach), mas se apresenta de maneira revisitada no contexto do pós-Guerra Fria e em particular a partir da relevância política que adquire a primeira visita de um presidente brasileiro a China em 1995. Os critérios que identificam um país de porte continental resultam da combinação de elementos essenciais como população e território. A ele se agregam indicadores tais como capacidade energética, reservas naturais¹⁵, PBI e PBI por paridade de compra.¹⁶ O emprego desse conceito reivindica, não somente o tradicional protagonismo internacional do Brasil, mas também identifica entre alguns dos países de porte continental, interesses e problemas comuns¹⁷. Entre os primeiros podem ser citadas a necessidade de coordenação plurilateral e a intensificação da cooperação bilateral e, entre os últimos, o desemprego e a exclusão social de amplos setores sociais domésticos. Para os dirigentes brasileiros, seu país se assemelha mais à Índia, China ou Rússia, do que aos países que geralmente se consideram potências médias, como França ou Reino Unido¹⁸.

Sem embargo, também convém ressaltar as diferenças que o próprio Presidente Cardoso percebe ao comparar as situações domésticas de ambos os países a fim de estabelecer uma distância em relação ao caos russo nos críticos dias do *default* e da desvalorização do rublo. “¿Qué tenemos nosotros que ver con Rusia? Nada. En Brasil, las empresas estaban bien capitalizadas; el sistema financiero, sano; el gobierno comandaba con energía, yo gané en primera vuelta la reelección... nada que ver con Rusia. Sin embargo, todos hablaban de contagio: después de Rusia, Brasil... ¿Por qué? Nuestra economía real y, sobre todo, nuestra sociedad civil son tan fuertes, que aguantaron la crisis sin grandes alteraciones. No hubo inflación, la recesión ya se terminó, conseguimos hacer caer la tasa de interés...”¹⁹.

As dificuldades e incertezas apresentadas pela situação política e econômica russa acentuaram-se a partir do processo que teve início na remoção do então

Primeiro-Ministro Chermomyrdin em março de 1998 e culminou com a renúncia do Presidente Yeltsin em dezembro de 1999 e a convocação antecipada das eleições presidenciais em março do 2000. Em um período de dois anos se sucederam a gestão de Kirienko como Primeiro-Ministro, a posterior crise que desembocou na desvalorização do rublo, a substituição de Kirienko pelo até então chanceler Primakov, a fugaz substituição desse último por Stepashin e, finalmente, sua remoção e a nomeação do quase desconhecido Vladimir Putin, que acabou convertendo-se em presidente interino com a renúncia de Yeltsin. Esse período de alta instabilidade política se caracterizou também pela permanente dúvida acerca da real capacidade do presidente Yeltsin para governar seu país e pela luta – seja transitória ou definitiva, aberta ou nos bastidores – pela liderança do Kremlin.²⁰

Sem dúvida, esse processo provocou adiamentos e suspensões de encontros programados com o alto escalão político russo, o qual, ante cada crise e nova mudança, se via obrigado a tratar de temas e relações prioritárias. Ao avaliar o caso russo-brasileiro se observa que, durante os anos noventa, não se realizou nenhuma visita presidencial e a missão encabeçada pelo Presidente Sarney à então URSS na década passada foi a última de um mandatário brasileiro. Não obstante, foram realizadas reuniões no mais alto nível político em várias ocasiões. Na visita que o Presidente eleito Collor de Mello²¹ fez ao Secretário-Geral do PCUS, Gorbatchov, em 1990, o futuro mandatário definiu a URSS como uma prioridade na política exterior brasileira e reiterou a afirmação no discurso ao Congresso Nacional no dia 15 de março do mesmo ano.²² O Presidente russo Boris Yeltsin se encontrou com o Presidente Cardoso em duas ocasiões: a primeira quando esse último, na condição de mandatário eleito, foi recebido em Moscou em 1994, em uma visita de caráter privado. A segunda reunião se realizou em Nova Iorque em razão da sessão comemorativa dos 50 anos das Nações Unidas em 1995. O diálogo fluido nas altas esferas políticas se desenvolveu através de outras visitas²³ e se manteve após a renúncia de Yeltsin em fins de dezembro de 1999.²⁴

Entre outros fatos destacados desse período deve ser mencionada a visita do chanceler Celso Amorim a Moscou em outubro de 1994, durante a qual se iniciou o tratado para as bases da relação bilateral e foram assinados o memorando de entendimento sobre o desenvolvimento da cooperação no âmbito da defesa do meio ambiente e um protocolo sobre consultas políticas. Também diversos acordos, tais como os de cooperação para a prevenção ao uso e o combate à produção relacionados ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas; e para o estabelecimento de adidos militares. Naquela oportunidade se iniciam negociações sobre temas como a proteção e promoção de investimentos e para evitar a dupla tributação e que, na atualidade, se encontram ainda em uma etapa muito preliminar de negociação.²⁵

Outro indicador do interesse mútuo na relação bilateral consiste na quantidade e relevância das sedes diplomáticas e consulares estabelecidas no Brasil

e na Rússia respectivamente. Por exemplo, a embaixada brasileira em Moscou se divide em oito setores: Político, Econômico, de Promoção Comercial, de Ciência e Tecnologia, Administrativo, Cultural, de Imprensa e Divulgação, e Consular.²⁶ O corpo diplomático é encabeçado pela Embaixadora Thereza Machado Quintella que conta com nove funcionários diplomáticos²⁷. Segundo a definição de um alto funcionário do Itamaraty, a representação brasileira em Moscou constitui na atualidade uma das de mais porte²⁸. Por outro lado, a Embaixada Russa em Brasília é chefiada desde janeiro de 1999 por Vassiliy Petrovitch Gromov, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário que desenvolveu sua carreira diplomática em numerosas missões na América Latina²⁹. A Rússia conta com dois consulados gerais no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e um honorário em Belo Horizonte.

Ante a ausência de visitas presidenciais, além da mencionada visita do Chanceler Amorim, o marco mais importante na relação bilateral ocorre com a missão do então chanceler Primakov ao Brasil em outubro de 1997. Durante a mesma, é assinada uma série de acordos de cooperação nas áreas de educação e cultura, científica e tecnológica, de investigação e uso do espaço exterior. O acordo nessa última área prevê a construção, operação e utilização de veículos lançadores, satélites e outros sistemas espaciais, além da utilização da Base de Alcântara (Maranhão) para o lançamento de satélites por veículos lançadores russos. Nesta ocasião também foram divulgadas duas declarações conjuntas: uma sobre a constituição da comissão russo-brasileira de alto nível de cooperação e a segunda sobre princípios de interação tendo em vista o século XXI.

É importante ainda ressaltar o estabelecimento da *parceria* que ambas as partes reivindicam e que, por sua relevância e especificidade, será tratado em um ponto à parte. Os contatos continuaram através de encontros, tais como o realizado entre o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros³⁰, e o Ministro Vladimir Babitchev, presidentes respectivamente das seções brasileira e russa da comissão intergovernamental de cooperação econômica, científica e tecnológica brasileiro-russa, realizado em Moscou nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1998. Nessa oportunidade se examinaram os aspectos organizacionais e substantivos da comissão que se divide em seis grupos: cooperação econômica e comercial, ciência e tecnologia, energia, uso pacífico do espaço, tecnologia militar e cooperação entre estados brasileiros e regiões russas.

A importância da “parceria estratégica”³¹ Brasil-Rússia

A decisão oficial de ambas as partes de qualificar o caráter das relações bilaterais como *parceria*, aponta sem dúvida para um salto qualitativo. O conceito de “parceria”, entendido como uma relação de caráter estratégico, outorga um peso político próprio a qualquer vínculo bilateral e merece uma breve referência a

sua evolução. Esse conceito tem sido empregado dentro de diferentes marcos gerais da política exterior brasileira e, por isso, adquiriu diferentes conotações. No período da Guerra Fria, constituía uma posição essencialmente reativa que buscava contrabalançar uma estreita relação com os Estados Unidos, ampliando seu poder de negociação para enfrentar situações de aprofundamento da competição por recursos e influência no cenário político-econômico internacional. As *parcerias* eram estabelecidas fundamentalmente com o então Mercado Comum Europeu.

Mais vinculado ao debate Norte-Sul e à idéia de Nova Ordem Econômica Internacional – NOEI dos anos 80, no pós-Guerra Fria o termo é reformulado como um instrumento “para precisar as interações que permitem ganhos substantivos numa cena internacional caracterizada por uma crescente amplitude das margens de decisão, um crescente elenco de atores internacionais, no que os novos temas da agenda internacional reativam a necessidade de construção de alianças operativas pautadas pela concertação política nos foros internacionais multilaterais para a negociação de regimes internacionais regulatórios, e de outro a própria cooperação científica e tecnológica com a intenção de superar as limitações ao acesso de insumos para o desenvolvimento”³².

No marco do atual retrocesso ao exclusivismo nas suas relações externas, a política exterior brasileira busca construir-se sobre cinco grandes erros³³. O quarto desses, denominado *erre das potências regionais*, se centra no quadrilátero Pequim – Moscou – Nova Déli – Pretória, reconhecendo diferenças e níveis de cooperação diversos, mas também problemas comuns e o mesmo papel protagônico de potências regionais. No caso da *parceria russo-brasileira*, nas palavras do chanceler Lampreia, significa contar com “um marco político de coordenação ante desafios como o desarmamento, a reforma e o fortalecimento das Nações Unidas, o combate ao terrorismo e ao crime organizado e, sobretudo, a manutenção da paz, da democracia e o respeito aos direitos humanos.”³⁴

A decisão dos governos russo e brasileiro de estabelecer a parceria estratégica remonta à gestão do chanceler Amorim que é quem inicia, em 1994, o acordo finalmente firmado pelo Vice-Presidente Maciel em junho de 2000. Seu conteúdo desenvolvido em 14 artigos reafirma a adesão aos princípios estabelecidos pela Carta das Nações Unidas e pela comunidade internacional, abarca todos os aspectos considerados neste trabalho para aprofundar a relação bilateral e contempla a incorporação de novos atores e problemas.³⁵

Entretanto, o então chanceler russo Primakov, durante sua visita ao país, ponderava que o reinício das relações com Brasil eram importantes não somente por causa da posição “preponderante” que o país ocupa na América Latina, mas também pelas condições atuais de globalização depois de muitos anos de Guerra Fria. Nas suas palavras: “Nossos países passam por processos de abertura e modernização econômica, de ajuste e de liberalização competitiva do comércio

internacional. No plano político, Brasil e Rússia têm interesses globais e ambos buscam a integração regional e a diversificação de suas *parcerias* na arena internacional.”³⁶

A relevância política outorgada à relação se manifesta claramente com a criação de uma comissão de alto nível encabeçada pelo vice-presidente da nação pelo lado do Brasil e pelo primeiro-ministro, por parte da Rússia. O chanceler Lampreia enfatizava sua relevância, dado “o elevado grau de representatividade político-governamental”, ao reunir ambos os mandatários no comando de “um órgão político-estratégico e técnico para avançar as relações bilaterais.” Esta comissão, que concluiu recentemente sua primeira reunião de trabalho, constitui um importante mecanismo de consulta e concertação política e um foro para o tratamento ao máximo nível das questões mais transcendentais da agenda bilateral.

Convém ter em mente que a Rússia estabeleceu este instrumento de consulta, em nível de primeiro-ministro, somente com outros quatro países que são centrais para sua política exterior e com os quais mantém uma interação densa e altamente diversificada: E.U.A, França, China e Ucrânia. A criação deste foro entre Brasil e Rússia confere uma natureza especial e um caráter estratégico às relações bilaterais que merece ser destacado. Mais ainda, a Rússia outorga ao Brasil um reconhecimento como ator internacional relevante e, no âmbito regional, como um *primus inter pares*.³⁷

A instabilidade política da Rússia no biênio 1998-99, em razão das sucessivas nomeações e remoções de primeiros-ministros, implicou adiamentos de encontros do mais alto escalão e dificultou a periodicidade do trabalho conjunto. Como mostra disso se pode mencionar que, no momento da criação da comissão Chermomyrdin-Maciél, se havia fixado uma viagem de Lampreia a Moscou logo depois e a posterior visita do então primeiro-ministro russo ao Brasil em abril de 1998.³⁸ Duas novas possíveis datas para os encontros da comissão de alto nível de cooperação foram marcadas para junho e outubro de 1999. Finalmente, mais de dois anos depois, foi realizada a reunião das segundas maiores figuras de cada país, o Vice-Presidente Maciel e o Primeiro Ministro Kasyanov, em Moscou, em junho de 2000.

De qualquer forma, as sucessivas mudanças nas maiores figuras políticas russas foram acompanhadas de contatos bilaterais que buscaram reafirmar a *parceria estratégica*. Sem pretender ser exaustiva, cabe mencionar que no caso da nomeação do Primeiro-Ministro Kirienko em abril de 1998, o Presidente Cardoso lhe enviou uma mensagem manifestando sua certeza de que o novo governo “continuará desenvolvendo um diálogo com Brasil crescentemente construtivo e amistoso e uma cooperação mutuamente proveitosa”³⁹. Posteriormente à renúncia do Presidente Yeltsin em dezembro de 1999, os chanceleres de ambos os países mantiveram um contato telefônico poucos dias mais tarde, manifestando-se no

mesmo sentido. Em uma carta enviada ao Presidente Cardoso no mês de fevereiro, o então presidente em exercício, Vladimir Putin, menciona seu desejo de receber o Vice-Presidente Maciel, em Moscou, no menor tempo possível, para assinar o acordo de estabelecimento da *parceria* e inaugurar a primeira sessão da comissão bilateral de máximo nível.⁴⁰ Finalmente, no mês de junho, imediatamente depois da designação do novo Primeiro-Ministro russo, Mihail Kasianov, se realizou a tantas vezes postergada reunião. Nessa oportunidade foram assinados: o acordo de estabelecimento da *parceria*, um plano de ação conjunto, um memorando de entendimento para intercâmbio de informação sobre lavagem de dinheiro e um convênio na área cultural. Durante sua estada em Moscou, Maciel foi recebido em audiência pelo Presidente Putin que aceitou o convite do Presidente Cardoso para visitar o Brasil em data a ser definida.⁴¹ Nessa oportunidade Putin reafirmou a grande importância que seu país confere às relações com o Brasil e conversou sobre os projetos a serem desenvolvidos, em particular um sistema de investigação da superfície da terra com aplicações práticas para o ecossistema do Amazonas, a fabricação de reatores para a produção de energia nuclear e a celebração de contratos de aluguel, com opção de compra, de equipamentos militares.⁴² Também se manifestou confiante de que a cifra atual de comércio poderá ser duplicada em um futuro próximo em razão de existirem condições para isso.⁴³

A cooperação científica e tecnológica

O Brasil destina ao desenvolvimento científico e tecnológico 0,76% de seu PBI, superando países como Argentina e Chile.⁴⁴ No quadro de uma política pública que reconhece a importância do setor para um país que caminha em direção ao *desenvolvimento*, o Brasil tem incentivado diversos programas de cooperação científica e tecnológica com vários países.

Nos últimos anos se abriram novas perspectivas para o intercâmbio científico-tecnológico russo-brasileiro. Isso obedece à permanente busca por parte do Brasil de manter um desenvolvimento tecnológico autônomo em alguns setores e produtos específicos. Também tem relação com a percepção da Rússia como uma potência no campo das ciências fundamentais, ainda que atrasada na ciência aplicada em comparação com o Ocidente e com um nível modesto de aproveitamento de seus recursos humanos, o que gera disponibilidade de cientistas de primeiro nível em algumas áreas das ciências exatas. Entretanto, o Brasil, apesar de não ter a dimensão científica da Rússia, possui o dinamismo das economias ocidentais em alguns ramos de aplicação do conhecimento científico, o que pode ser oferecido à Rússia como contrapartida nas áreas em que o Brasil tem interesse em absorver tecnologia.⁴⁵

Este processo de cooperação bilateral se aprofunda e se articula através de uma série de acordos – desde os de alcance quadro até os mais específicos de

acordo com áreas de interesse – subcomissões ou subgrupos e programas, que serão apresentados a seguir.

O acordo básico de cooperação científica e tecnológica, celebrado em abril de 1981 entre o Brasil e a URSS, permaneceu em vigor por um longo período de tempo. Recentemente, em novembro de 1997, os chanceleres de ambos os países assinaram em Brasília um novo acordo básico de cooperação científica, técnica e tecnológica, que entrou em vigor em 30 de setembro de 1999. Durante vários anos, a cooperação científico-tecnológica foi também reforçada pelo acordo sobre o programa de longo prazo de cooperação econômica, comercial, científica e tecnológica, assinado em setembro de 1987 e em vigência desde outubro de 1988.

Quando em março de 1997 se iniciaram os trabalhos preparatórios da primeira reunião da comissão intergovernamental Brasil-Rússia, foi apresentado um novo projeto de programa de cooperação científica e tecnológica, sendo aprovado durante a realização da referida reunião em Brasília nos dias 22 e 23 de abril de 1999. O âmbito de negociação e ampliação da cooperação nesta área de questões é a comissão intergovernamental de cooperação econômica, comercial, científica e tecnológica, que é composta por quatro subcomissões ou subgrupos destinados a servir como foros de exame das questões científico-tecnológicas que as partes definiram como mais relevantes: cooperação científico-tecnológica, cooperação no uso do espaço com fins pacíficos, cooperação no setor de energia e cooperação em tecnologia militar.

O novo programa, designado “Programa de Cooperação Científica e Tecnológica 1999-2000”, reuniu o interesse mútuo em relação a estas questões e individualizou as seguintes áreas prioritárias para a continuidade imediata da cooperação – sem prejuízo da incorporação de outras: meio ambiente, biotecnologia, saúde, opto-eletrônica, transportes, intercâmbio de informação científico-tecnológica e astronomia, e compreende vinte e quatro projetos concretos e propostas de cooperação. Entretanto, prosseguem as negociações para realizar três ajustes complementares ao acordo básico, respectivamente nas áreas de saúde, informática, comunicação eletrônica e correios.⁴⁶

A intensificação da cooperação na década de 1990 engloba as seguintes modalidades:

- Intercâmbio direto que ocorre, principalmente, por um fluxo constante e significativo de cientistas russos contratados por universidades ou instituições científicas;
- Oferta e provisão de recursos humanos, especialmente os de alta qualificação, que desejam emigrar temporária ou definitivamente e que são integrados em uma base de dados da Seção de Ciência e Tecnologia da Embaixada do Brasil em Moscou (até 1994, essa base continha mais de mil profissionais);

- Oferta e provisão de ciência e tecnologia através da construção de uma base de dados que mantenha referências de tecnologias russas às quais é hoje possível ter acesso.⁴⁷

Na área espacial, a cooperação tem suas raízes no protocolo entre o Brasil e a URSS sobre a cooperação no campo da investigação espacial e da utilização do espaço com fins pacíficos, firmado em outubro de 1988, entrando em vigor na mesma data. Da mesma forma que o acordo básico de cooperação científica e tecnológica, os chanceleres de ambos os países firmaram um novo acordo em novembro de 1997 mais adaptado às novas condições, inclusive políticas. O acordo sobre cooperação na investigação e no uso do espaço exterior para fins pacíficos substituirá o de 1988 quando entrar em vigor.

Cabe aqui assinalar que o desenvolvimento espacial é de vital importância para o desenvolvimento do Brasil. Nas palavras do Ministro Sardenberg: “Dimensões continentais, fronteiras pouco habitadas, imensa região costeira, regiões de floresta tropical, grandes áreas de difícil acesso, áreas de baixa densidade populacional e riqueza de recursos naturais não quantificados e registrados são características que oferecem um grande potencial para a utilização da tecnologia espacial no Brasil. As aplicações específicas estão diretamente relacionadas com as soluções de muitos dos problemas sócio-econômicos nacionais nas áreas de observação da terra (agricultura, meio ambiente, recursos naturais e organização territorial), meteorologia, oceanografia, comunicação, geodésia e navegação. Por essas razões, o Brasil é o terceiro maior usuário mundial de produtos do espaço, principalmente imagens através de sensores remotos. Em consequência do lançamento do CBERS 1 e do SACI 1, o país ingressa no seletivo grupo de países que dominam todo o ciclo de tecnologia espacial”⁴⁸.

Os avanços nesta área precisam superar persistentes obstáculos, principalmente a pressão sobre o Programa Espacial Brasileiro por parte dos países detentores de tecnologia de lançadores que buscam restringir um mercado muito lucrativo. Como declarou o Ministro Lampreia ao defender a posição de seu país no mercado aeronáutico: “O direito de um país em desenvolvimento, como o Brasil, de ser um competidor no mercado de produtos de alta tecnologia causa impacto aos que antes tinham o monopólio desses mercados”⁴⁹. Para as autoridades brasileiras, o valor estratégico das tecnologias desenvolvidas implica alcançar a indispensável autonomia nacional na colocação de seus satélites no espaço⁵⁰.

A cooperação espacial tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento deste setor e tem contado, nas suas diferentes etapas, com a participação norte-americana, alemã, francesa e, mais recentemente, chinesa. Sem dúvida, a incipiente cooperação com a Rússia permitirá ao Brasil contar com a experiência e o potencial industrial russo para o avanço do programa espacial brasileiro. Segundo cálculos do governo russo, a área espacial contribuiu com 550

milhões de dólares de ingressos em 1997 e gerou noventa mil postos de trabalho. Nessa matéria, Orlov avalia as perspectivas de cooperação com Brasil como uma das mais frutíferas na América Latina, em razão da abundante experiência do país no campo de tecnologias espaciais. Nas suas palavras, “o potencial cósmico da Rússia e do Brasil são riquíssimos patrimônios nacionais. Partindo de sua posição geoestratégica, levando em conta seus vastos territórios e a distância entre os dois, assim como a existência de esferas de interesses fora de suas fronteiras, cabe afirmar que a defesa da segurança mediante projetos cósmicos cooperativos, lhes permitiria adquirir maior peso político e independência no espaço geopolítico contemporâneo”⁵¹.

A cooperação espacial russo-brasileira tem como interlocutores principais a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Russa. Os presidentes de cada uma fizeram visitas recíprocas, em março de 1996 e 1998 respectivamente. O presidente da Agência Espacial Brasileira e o Diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) do Brasil percorreram a planta Khruchev onde se construía o foguete portador Rokot em março de 1996. Sobre isso, o Brasil manifestou interesse em utilizar os serviços russos para o lançamento de satélites, enquanto que a Rússia analisou a possibilidade de utilizar a Base Espacial de Alcântara, no Estado do Maranhão, para lançar o foguete portador russo Rokot⁵².

Posteriormente, uma missão do CTA visitou Moscou com o objetivo de concluir e firmar um memorando de entendimento e acordo técnico com o comitê interestatal de aviação russa, tendo como tema a certificação de aeronaves russas para seu eventual ingresso no mercado brasileiro. O organismo encarregado de conceder esta autorização é o Instituto de Fomento Industrial vinculado ao CTA.⁵³

Mais recentemente, os trabalhos se desenvolvem no âmbito da já mencionada subcomissão de cooperação espacial da comissão intergovernamental, que realizou sua primeira reunião de trabalho nos dias 22 e 23 de abril de 1999, oportunidade em que se definiu uma lista de áreas prioritárias de cooperação.

A cooperação nuclear se baseia no acordo bilateral vigente, específico para cooperação para os usos pacíficos da energia nuclear, assinado em Brasília pelo então chanceler Amorim e pelo Ministro de Energia Atômica da Rússia, Viktor Mikhailov, em 15 de setembro de 1994. Mais recentemente, em abril de 1998, se realizou em Moscou uma rodada de negociações sobre usos pacíficos da energia nuclear. Nessa ocasião, um porta-voz do Ministério de Energia Atômica da Rússia manifestou que o Brasil tem interesse na obtenção de materiais radioativos, no treinamento de especialistas e nos avanços da tecnologia russa em matéria nuclear. No âmbito da comissão intergovernamental, na subcomissão de cooperação energética constituída durante a reunião de 22 e 23 de abril de 1999, um grupo destinado a análise da cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear chegou a identificar algumas áreas prioritárias de cooperação. Entre elas se mencionam:

investigação básica e aplicada em relação ao uso pacífico da energia nuclear, fusão termonuclear controlada, investigação e desenvolvimento – científico e piloto de engenharia – de reatores de investigação e de potência, produção industrial de componentes e materiais necessários para o uso de reatores de investigação e de potência e de seus ciclos de combustíveis nucleares, produção de radio-isótopos, proteção radiológica, segurança nuclear e atenuação dos efeitos radiológicos da energia nuclear e prestação de serviços nas referidas áreas.

As modalidades previstas para canalizar a cooperação incluem: assistência mútua em educação e treinamento através do intercâmbio de conferencistas para dar cursos e consultas em questões científicas e tecnológicas, estabelecimento de grupos de trabalho conjuntos para o desenvolvimento de projetos específicos, provisão mútua de equipamento e serviços e intercâmbio de informação. A Comissão Nacional de Energia Nuclear, pela República do Brasil, e o Ministério de Energia Atômica, pela Federação Russa, atuam como entidades executoras, ainda que se contemple que estes possam convidar outras organizações, privadas ou públicas⁵⁴.

No que se refere à cooperação interuniversitária, um número significativo de cientistas e estudantes brasileiros e russos são demandados pelos centros universitários dos dois países. No Brasil participam desta atividade os seguintes centros e universidades: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Centro Técnico de Aeronáutica, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade de São Paulo – USP⁵⁵, Universidade do Estado de São Paulo – Unesp, Universidade de Campinas – UNICAMP, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (Campus de Erechim) e Universidade Federal de Pelotas. Pela Rússia participam, entre outras, as seguintes entidades: Instituto de Aviação de Moscou, a empresa da área aeroespacial Almaz, Instituto Central de Hidroaerodinâmica, Academia de Ciências Médicas da Rússia e Instituto de Química Biorgânica Shemyakin-Ovchinnikov. Outros centros foram incorporados por ocasião da primeira reunião da comissão intergovernamental.

O Setor de Ciência e Tecnologia da Embaixada em Moscou monitora continuamente o intercâmbio interuniversitário para o incremento da cooperação bilateral na área científico-tecnológica. Também mantém contatos com o Ministério de Ciência e Tecnologia e com os demais órgãos do governo russo com competência nestas áreas, e acompanha ofertas de tecnologia que são transmitidas periodicamente a partir do Brasil, inclusive diretamente por entidades individualizadas brasileiras. No Brasil, têm sido realizados encontros com o adido cultural da Embaixada Russa para tratar de difundir a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na Rússia para brasileiros.⁵⁶

A cooperação no plano militar é mais recente. As chancelarias dos dois países realizaram “consultas políticas estratégicas” em três oportunidades: Moscou (novembro de 1997 e janeiro de 2000) e Brasília (abril de 1999). Nessas reuniões foram abordadas uma ampla gama de problemas bilaterais e internacionais e de estabilidade estratégica em nível de vice-ministros das Relações Exteriores, podendo participar representantes dos órgãos de segurança e do Estado Maior das Forças Armadas. No último encontro, destacou-se a importância da cooperação entre Rússia e Brasil no cenário internacional e no seio de organizações internacionais a fim de contribuir para estruturação de um mundo multipolar, baseado no direito internacional e no reconhecimento do papel protagônico da Organização das Nações Unidas – ONU nos assuntos mundiais⁵⁷.

Em virtude da visita do Vice-Presidente Maciel, voltou-se a mencionar a possibilidade de compra de armas russas por parte do Brasil. Essas possibilidades devem enquadrar-se na ofensiva da empresa russa Rosvoruzhenie para ampliar suas exportações de armamentos para países asiáticos e latino-americanos que se iniciou em meados dos anos noventa. Naquela época, as autoridades brasileiras avaliavam a viabilidade do helicóptero Mi-17 para o rápido traslado de unidades militares em direção às fronteiras amazônicas. Em seguida, a Rússia participa da Exposição Internacional sobre Tecnologias Defensivas, que aconteceu no Rio de Janeiro em abril de 1997. Nessa oportunidade, a Rússia ofereceu seus aviões SU-27⁵⁸ e SU-30, rampas para mísseis Smeerch, veículos blindados e de combate T-80u e T-90c. Essas iniciativas da empresa russa apontam para uma tentativa de desbancar as vendas dos Estados Unidos, oferecendo os SU-27 e SU-30 russos em substituição aos F-16 e F-18. O porta-voz da empresa estatal ressaltou que os E.U.A oferecem estes aviões como se fossem tecnologia moderna quando, na realidade, datam da década de 1970.

Segundo fontes russas, em 1992, imediatamente após a dissolução da URSS, as autoridades brasileiras haviam examinado a possibilidade de firmar um pacote de contratos para o fornecimento de material militar russo, incluída uma parcela considerável de tanques T-72, em lugar dos modelos Leopard 1, de origem belga. Não obstante, a idéia não prosperou. Entre outras causas, mencionam-se a intervenção de uma firma intermediária, que haveria oferecido condições mais vantajosas que a Rosvoruzhenie, e a reação norte-americana.

Entre os negócios potenciais, mencionam-se uma nova tentativa de fornecer os tanques russos T-72 ou T-90, incluindo licença para fabricação no Brasil pela corporação ENGESA. A experiência acumulada por esta empresa lhe permitiria pôr em marcha a produção de alguns modelos de tanques russos (ou modelos modificados), com a condição de receber da Rússia os conjuntos e blocos mais complicados (eletrônica, motores, projéteis guiados, elementos de couraça, etc). Para modernizar os modelos utilizados pelo Exército Brasileiro, a Rússia poderia

do mesmo modo oferecer diversos produtos acabados e tecnologias, por exemplo, em matéria de proteção dinâmica e ativa. Até o momento, a infantaria de marinha brasileira incorporou ao seu patrimônio setenta instalações de mísseis superfície-ar Iгла, de fabricação russa⁵⁹. Embora Nutenko e Glinki mencionem a compra de helicópteros ligeiros MI-34, em 1996, fabricados na cidade de Arséniev na região de Primorie, fontes oficiais brasileiras negaram a existência de estes bens em seus registros de importações de 1996 até o presente.⁶⁰

A possível compra de armamento e equipamento militar por parte do Brasil tem estado permanentemente na agenda bilateral, mas ainda não se produziram avanços concretos. De outro lado, tem havido melhoras na relação com os Estados Unidos, como por exemplo a visita ao Brasil do Secretário de Defesa Cohen, em 1999, e a entrada em vigor do Protocolo 505 que, no âmbito da cooperação militar, inclui entre outras questões a doação de equipamento e armamento norte-americano⁶¹. Isto seria uma razão para supor que a eventual substituição, ao menos parcial, do tradicional aprovisionamento americano pelo russo, é percebida como difícil e não livre de tensões.

Os vínculos econômico-comerciais

A dissolução da URSS e as mudanças econômicas promovidas pelo Primeiro-Ministro Gaidar na primeira etapa da presidência de Yeltsin tiveram um impacto imediato nos vínculos comerciais da Rússia. Particularmente os relacionados com o comércio exterior – que passaram a ser controlados por empresas privadas ou sociedades anônimas – são apontados como as principais limitações do comércio russo nos primeiros anos da década de 1990. Enquanto até o final da etapa soviética o comércio com o Brasil alcançava quantias superiores a 800 milhões de dólares, no início da década de 1990, o comércio russo-brasileiro exibia valores muito reduzidos, acompanhando a mesma tendência do restante dos países latino-americanos. No caso brasileiro, os 212,9 milhões de dólares de 1991 contrastavam com os montantes alcançados na década anterior que sobrepassavam os 800 milhões de dólares.

Sem embargo e apesar das dificuldades que essas mudanças provocaram, até o final dos anos noventa, o intercâmbio comercial russo-brasileiro sobrepassa os melhores indicadores da etapa soviética e é o mais relevante da América Latina⁶². Assim, enquanto em 1983 o comércio total alcançava US\$ 835 milhões (165 de exportações e 670 de importações), em 1995 a soma do intercâmbio total foi de US\$ 978 milhões (409 de exportações e 569 de importações). Em 1997, estas cifras ascenderam a 1.104 milhões (344 de exportações e 760 milhões de importações)⁶³. A crise monetária russa leva a uma redução da soma do comércio total em 1999.⁶⁴

Intercâmbio comercial entre Brasil e Rússia (1991-1999)
(Em milhões de dólares)

Ano	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Total do comércio
1991 ⁽¹⁾	85.9	127	212.92
1992	126 ⁽²⁾	181.9 ⁽³⁾	307.9
1993	220.4	102.8 ⁽⁴⁾	323.2
1994	173.3	167.4	340.7
1995	569.3	394.8	964.1
1996	465.7	383.6	849.6
1997	760.59	344.66	1105.26
1998 ⁽⁵⁾	619	176	895
1999 ⁽⁵⁾	478	48	526

Notas: ⁽¹⁾ URSS (até 25.12.91) – ⁽²⁾ O dado referente às exportações brasileiras de 1992 deriva da soma de US\$ 22.19 milhões referentes às exportações destinadas à Rússia e US\$ 103.86 milhões à URSS – ⁽³⁾ A fonte estatística se refere à URSS, extinguida no final do ano anterior – ⁽⁴⁾ Não inclui o valor de US\$ 67 milhões de importações originadas, segundo a fonte estatística consultada, na extinta URSS, presumivelmente de regiões externas à Federação Russa. Fonte: Embaixada do Brasil na Federação Russa. *Home Page* <http://www.brazemb.msk.ru> – ⁽⁵⁾ Esses dados foram retirados da *Russia Federation Direction of Trade Statistics*, p.200-201. As cifras de 1999 compreendem somente o primeiro quadrimestre do ano.

Nos anos noventa se produz também uma substituição dos principais gêneros do comércio bilateral. O Brasil deixa de importar petróleo e de exportar farinha de soja e cacau, produtos que haviam representado mais do 50% das vendas brasileiras, e novos itens como o açúcar bruto⁶⁵ e o café solúvel começam a concentrar as exportações brasileiras. As importações russas para o Brasil se compõem principalmente de matérias-primas para a fabricação de fertilizantes (hidrógeno e fosfato de amônio, substâncias compostas de potássio). Embora com gêneros distintos, o padrão que caracteriza o comércio é a persistência de uma escassa diversificação e sua concentração na indústria automotriz, alimentícia e de extração de petróleo. Nessa última, as companhias Petrobrás e Slavneft firmaram um convênio de cooperação para o aproveitamento e exploração de uma jazida petrolífera da plataforma continental brasileira. Como se sabe, o Brasil acumulou grande experiência na construção de plataformas especiais destinadas à exploração de campos petrolíferos subaquáticos. É provável que, em um futuro não muito distante, essas tecnologias sejam utilizadas no Mar Cáspio⁶⁶.

As mudanças estão vinculadas principalmente ao fim do financiamento estatal e à finalização ou suspensão de importantes projetos nos setores de maior

insumo de capital como é a hidroenergia. Sem embargo, em 1992, a firma Odebrecht, a companhia de diamantes russa Saja (ARS) e a corporação pública angolana Endiama fundaram uma empresa mista para explorar a jazida “Catoqui”, considerada a quarta do mundo por suas reservas de diamantes, que requer um mínimo de investimento de 800 milhões de dólares. A empresa russa está encarregada de fornecer e montar os equipamentos para uma fábrica de concentração. Em 1995, os sócios acordaram que os diamantes extraídos seriam destinados ao mercado internacional via o cartel sul-africano De Beers⁶⁷.

Entre os fatores que dificultam uma maior densidade dos vínculos econômicos, em função das potencialidades já mencionadas, Machado Quintella menciona a falta de agressividade de ambas as partes para buscar contatos e oportunidades de negócios, o pouco conhecimento mútuo⁶⁸, a inexistência de linhas diretas de navegação marítima e a ausência de mecanismos de financiamento e de seguro das exportações⁶⁹. Para tratar de compensar, em parte, esta última dificuldade, firmou-se, em 1995, um convênio de cooperação entre seis bancos russos – entre os dez mais importantes do país – e o Banco do Brasil. No que se refere aos meios de transporte aéreo, cabe agregar que os dois vôos semanais da Aeroflot, que cumprem a rota Moscou – Túnis – São Paulo, foram suspensos até o final 1998 e reiniciados em abril de 1999, decisão que a empresa justificou por razões técnicas⁷⁰.

No setor privado, o interesse mútuo em fortalecer as relações comerciais conduziu, entre outras iniciativas, à criação da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Brasil-Rússia, sediada no Brasil e presidida desde sua fundação em dezembro de 1997 pelo empresário carioca Gilberto Ramos. As empresas integrantes da câmara abarcam os produtos de maior peso no comércio bilateral como os já mencionados café, açúcar e fertilizantes, mas também as consultorias, empresas de transporte e construção e outros gêneros alimentícios⁷¹.

Precisamente durante o primeiro encontro da comissão intergovernamental russo-brasileira de cooperação econômica, comercial, científica e tecnológica, realizado em abril de 1999 em Brasília, se estabeleceu como um dos principais objetivos o incremento das relações comerciais. Em 1997, o comércio bilateral superou um bilhão de dólares com um superávit de cerca de 600 milhões de dólares favorável ao Brasil. Pese Genaddi Balba assinalou que “é um volume muito pequeno para o potencial dos dois países”. A partir da crise russa de agosto de 1998, a atividade econômica teve uma brusca retração que impactou negativamente os volumes e montantes do comércio.

Sem dúvida, a relação russo-brasileira se caracteriza pelo alto grau de potencialidade que ambos os *partners* indicam constantemente. A Rússia tem interesse em desenvolver atividades na área de exploração e transporte de gás, petróleo, indústria naval e aeronáutica, tecnologia militar e equipamento para energia além de tecnologia nuclear. Nesse sentido se enquadra a visita a Moscou do diretor

das empresas Interciex Comércio Exterior, TMA Construtora e ATM Alta Tecnologia Médica, Orlando Arruada, com o objetivo de negociar contratos de representação e formação de associações, objetivando aproveitar o conhecimento e tecnologia russa nos setores gasífero, petroquímico e de geração termoelétrica⁷². A Rússia também tem interesse em atrair mais turistas Brasileiros⁷³.

O Brasil poderá ser um importante fornecedor de alimentos industrializados, grãos, café e bens de consumo como automóveis e eletrodomésticos. No item “carnes” da pauta de exportação, o Brasil exporta carne suína e de frango. Entretanto, as perspectivas de venda de carne bovina e seus derivados aumentaram a partir da assinatura de um acordo governamental sobre proteção da saúde animal⁷⁴. No setor automobilístico, uma estratégia mais tradicional, como a venda dos carros LADA de origem russa no Brasil (de escasso peso na atualidade), é combinada com perspectivas de fabricação desses automóveis no Equador e no Brasil, conforme anúncio da embaixada russa em Brasília⁷⁵. A isso é agregado que no quadro da internacionalização do processo produtivo da indústria automobilística, a General Motors e os governos da Federação Russa e da República Autônoma de Tatarstan participaram de um acordo para a importação e montagem de *jeeps* Blazer – facilmente adaptáveis às estradas russas – no projeto de Elábuga, na Rússia⁷⁶. Neste acordo se contempla que grande parte das peças são importadas do Brasil e, ainda que as últimas importações tenham sido feitas em dezembro de 1998, o contrato celebrado estabelece que a General Motors do Brasil seguirá fornecendo partes nos próximos 10 anos⁷⁷.

Apesar de alguns dados positivos como o aumento do comércio bilateral e o amplo potencial de desenvolvimento do mesmo, no terreno dos investimentos não tem havido avanços. Até meados dos anos noventa, a constituição de *joint ventures* para atender os mercados russo, brasileiro ou de terceiros países era uma possibilidade que merecia ser explorada e, inclusive, se mencionava a existência de um par de exemplos em território russo para produzir *jeans* e suco de laranja⁷⁸. Segundo fontes oficiais, não existem na atualidade *joint-ventures* com participação de capital brasileiro na Rússia e a presença deste último somente ocorreu no mercado financeiro russo até a crise asiática de outubro de 1997.⁷⁹ Como indicam Gilkin e Nutenko, a criação de empresas mistas requer quase sempre enormes gastos. As reformas postas em marcha em ambos os países exigem que se destinem recursos e esforços para resolver os problemas internos, promovendo-se, como principal ponto externo de referência, a cooperação econômica com os vizinhos mais próximos⁸⁰.

A atual presença de fluxos de capitais russos no Brasil tem uma conotação mais negativa. As autoridades brasileiras estão preocupadas com operações de lavagem de dinheiro de diferentes grupos russos, tais como a compra e venda de implementos agrícolas em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e o interesse em operações imobiliárias de grande valor, especialmente no Rio de Janeiro, além do

significativo aumento do número de turistas com sinais exteriores de riqueza que, suspeita-se, podem não ser turistas genuínos. Apesar de não existir números oficiais sobre este tema, sem dúvida a assinatura de um documento bilateral específico sobre lavagem de dinheiro responde a existência de um problema real, embora de escassa difusão pública⁸¹.

Outro obstáculo, que poderia surgir enquanto avança a relação comercial, é a existência de competição desleal através de subsídios ou outros mecanismos. Isso era antecipado por Barros quando afirmava que, “a medida que se vá conseguindo mesmo que modestamente alguma pequena penetração no mercado, a exportação de alguns produtos brasileiros se vê confrontada com graves problemas, especialmente a oferta de produtos altamente subsidiados de exportadores europeus e norte-americanos. A colocação de produtos não tropicais tradicionalmente exportados pelo Brasil para o mercado russo, como açúcar, frango e soja, de grande demanda local, assim como de produtos novos, primários ou manufaturados, encontra grandes dificuldades devido a maior tradição de fornecedores desenvolvidos, melhores condições de transporte e financiamento, superior conhecimento do mercado local e, por último mas não menos importante, as práticas desleais de comércio, de uso tão difundido e eficiente por parte dos governos e companhias do primeiro mundo”⁸². Embora fontes oficiais afirmem “que não existem reclamações formais ou informais sobre competição desleal ou subsídios de terceiros países com os quais o Brasil compete no mercado russo”⁸³, o sólido conhecimento sobre o tema pelo antigo embaixador brasileiro em Moscou traz um elemento que poderia estar presente na agenda bilateral futura.

Considerações finais

As relações bilaterais entre Rússia e Brasil se destacam no conjunto dos vínculos russos com os países de América Latina. Isso se deve tanto ao contraste com sua própria história e ao avanço da última década em algumas áreas temáticas, quanto à vontade política de dois países em lhe dar relevância. Sem dúvida, os vínculos bilaterais russo-brasileiros evidenciam consideráveis ganhos no plano político-diplomático e no da cooperação técnica – mais destacáveis ainda pelo escasso tempo de desenvolvimento da relação bilateral – embora mantenha um caráter potencial em algumas áreas, como a econômica-comercial. Nas palavras do Vice-Presidente Maciel: “a *parceria* econômica entre Brasil e Rússia, porém, está por construir-se”. Por exemplo, no plano comercial, os valores são escassos em relação às magnitudes de dois *países continentais* e sua composição se baseia majoritariamente em uns poucos produtos primários – ontem soja, hoje açúcar e café – sem valor agregado. Para reverter este quadro, as autoridades governamentais alentam uma ação mais decidida do setor privado de ambos os países. Também se mantém um tradicional superávit a favor do Brasil. O padrão

do comércio bilateral parece obedecer ao fato de que ambos os *partners* ocupam espaços similares na divisão internacional do trabalho, como principalmente consumidores de tecnologias e capital. Daí a importância que adquire a vontade política de reforçar e transformar em realizações concretas a cooperação na área de cooperação técnico-científica.

Sem embargo, no plano político-diplomático o caráter potencial foi transcendido e o alto nível alcançado tem como referência fatos concretos, tais como o estabelecimento da *parceria* e os fluidos contatos entre funcionários, facilitados pela própria percepção das elites governantes dos dois *países-continente* acerca de problemas comuns e em relação ao papel que deve ser desempenhado pelos dois países em um sistema internacional, preferencialmente multipolar. Fica claro que a instabilidade política russa dos últimos anos retirou reforços adicionais aos já sólidos contatos políticos. Sem embargo, a visita do Vice-Presidente Maciel a Moscou, pouco mais de um mês depois da assunção de Putin ao poder e da nomeação do Primeiro-Ministro Kasyanov, indica claramente a intenção de ambas as partes de recuperar o tempo perdido.

De sua parte, o caráter potencial com que se caracteriza as relações econômico-comerciais não carrega implícita a idéia de um desenvolvimento futuro longínquo e incerto. Pelo contrário, a partir de ganhos concretos, tais como o crescimento rápido, porém ainda moderado do comércio bilateral, o início da cooperação científico-tecnológica em áreas sensíveis e os indicadores que anunciam um ciclo de crescimento nas economias de ambos os países, abrem-se possibilidades suscetíveis de ser aprofundadas no curto prazo. A sólida vontade política de ambas as partes em sustentar uma relação privilegiada tem evitado múltiplos inconvenientes sem deteriorar-se e tem evidenciado uma continuidade. O estímulo que isso gera para desenvolver e consolidar projetos em algumas áreas é chave também para o crescimento e aumento de iniciativas privadas na esfera econômica. Embora isso seja necessário, não é suficiente. As condições das economias nacionais e do mercado mundial serão decisivas na hora de se avaliar as perspectivas que transcendem o curto prazo.

Às condicionantes de tipo econômico se somam as de tipo cultural que são mencionadas por conhecedores do tema como são os embaixadores Quintella e Barros. A distância e o escasso contato no passado dificultam o conhecimento mútuo tão necessário para desenvolver qualquer tipo de vínculo. Por isso, é interessante ressaltar, como fato novo que é, outros campos que se abrem para o trabalho conjunto na área cultural de duas nações que valorizam a música e a dança. É o caso da recente inauguração da primeira filial da escola de danças do Teatro Bolshoi, em Joinville (Estado de Santa Catarina), para a formação de bailarinos brasileiros.

Notas

- 1 ALEIXO, José Carlos Brandi. “Fundamentos e linhas gerais da política externa do Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Universidade de Brasília, Vol. 1, Nº 1, março de 1989, pp. 7-43. As relações tinham se desenvolvido na etapa prévia entre a Corte Lusitana e o Império Russo. Quando a primeira se trasladou para o Brasil, a coroa russa enviou em 1812 seu representante diplomático ao Rio de Janeiro.
- 2 Nesta etapa ocorrem algumas visitas recíprocas de missões parlamentares e comerciais e a abertura das representações comerciais.
- 3 HIRST, Mônica & BOCCO, Héctor E. “Brasil-Unión Soviética: parámetros para un nuevo diálogo”. Em: RUSSELL, Roberto (compilador). *Nuevos rumbos en la relación Unión Soviética/ América Latina*. Buenos Aires: GEL, 1990.
- 4 FEFER, John. *Beyond Detente. Soviet Foreign Policy and U.S. options*. New York: The Noonday Press, 1990.
- 5 VARAS, Augusto. “La Perestroika y las relaciones União Soviética-América Latina”. Em: VARAS, Augusto (ed). *América Latina y la URSS: una nueva relación*. Buenos Aires: FLACSO-RIAL, GEL, 1997. pp. 375-376.
- 6 TURRENT, Isabel. “Brasil y la Unión Soviética: una política de bajo perfil”. Em: VARAS, Augusto. Op. Cit.
- 7 Em relação à área de cooperação cultural, depois foram assinados o I Programa Bienal de Cooperação Cultural, em março de 1990, e o II Programa de Intercâmbio, em outubro de 1993. Sobre os referidos programas o embaixador Barros enfatizou que tanto as dificuldades para identificar os interlocutores apropriados, em razão dos processos de descentralização e desestatização, quanto a ausência de recursos estatais por parte de ambos os países, não favoreciam o intercâmbio cultural. BARROS, Sebastião do Rego. “Relações entre o Brasil e a Rússia”. *Revista Sociedades em Transformação*. Centro de Estudos sobre os Países Socialistas, São Paulo, Ano 1, Nro. 1, 1994, pp. 2-5.
- 8 BARROS, Sebastião do Rego. Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores: *A Execução da Política Externa Brasileira*, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1996.
- 9 SARAIVA, José Flávio Sombra. “Inserção internacional com objetivos limitados”. *Carta Internacional*, Ano VI, Janeiro 1998, São Paulo, p.11.
- 10 A Rússia adota o princípio de continuidade jurídica da URSS e se transforma na destinatária de todos os direitos e obrigações desta última. Esta decisão não foi questionada por nenhum Estado, tendo sido privilegiado o princípio da estabilidade das relações internacionais, pois, havia a possibilidade de considerar extinta a União Soviética e sucessoras todas as novas repúblicas. Isso teria aberto um período de incerteza nas Nações Unidas, pois, poderia implicar principalmente a revisão da Carta e a construção de um direito de sucessão ao assento de um membro permanente do Conselho de Segurança. Para ampliar informação sobre este ponto se pode ver BOTHE, Michael & SCHMIDT, Christian. “Sur quelques questions de succession posées par la dissolution de L’URSS et celle de la Yougoslavie”. *Revue Générale de Droit International Public*, Paris, Tomo 96/1992/4, pp. 811-842; e QUECEDO, Alfonso Datis. “La desintegración de la Unión Soviética y la cuestión de su ‘sucesión’ en las Naciones Unidas”. *Revista Española de Derecho Internacional*, Madrid, Vol. XLIV, 1992, Nro. 1, Enero-Junio, pp. 249-252. Também pode-se consultar “Sur la succession d’États en matière de Traités”, *Rivista Di Studi Politici Internazionali*, Firenze, Ottobre. Dicembre 1996, pp. 505-544, em que é enfatizado que ainda que tenha predominado a tese da Rússia como Estado continuador, em certos documentos, como o protocolo do tratado START, assinado em Lisboa em 1992, se fala em Estados sucessores entre os que se inclui a Rússia. Este artigo faz referência ao caso dos

- Estados Bálticos a respeito dos quais se aplica o princípio de continuidade com a situação de 1940 e quanto ao restante dos antigos membros da URSS como Estados sucessores.
- 11 AVRORSKI, Vladimir V. “Rússia e Brasil incentivam as relações bilaterais”. *Sociedades em Transformação*. Centro de Estudos sobre os Países Socialistas, São Paulo, 1998, Ano V, nº 2, pp.10-11. O autor exercia a função de Cônsul Geral da Rússia em São Paulo no momento em que escreveu este artigo.
- 12 ABDENUR, Roberto. “O Brasil e a Rússia”. *Jornal do Brasil*. 16 de setembro de 1994. O autor foi Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty e ocupava esse cargo no momento em que escreveu este artigo.
- 13 Do lado russo, o diplomata Guennady Balba assinalou que os dois países têm características comuns como área territorial e população, além de posições políticas similares no âmbito mundial. SOARES, Aldo. “Leste europeu tenta aproximação”. *Gazeta Mercantil*. 19 de abril de 1999.
- 14 “O Brasil tem defendido a necessidade de tornar o Conselho de Segurança das Nações Unidas mais legítimo, representativo e transparente, e expressou sua disposição de desempenhar a função de membro permanente naquele órgão.” Mensagem do Senhor Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, ao Congresso Nacional, 1998. Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Planejamento Diplomático, p. 2. <http://www.mre.gov.br/spd/main/sspd2.htm>. Os períodos que o Brasil ocupou um assento no Conselho de Segurança como membro não permanente foram: 1946-1947; 1951-1952; 1954-1955; 1963-1964; 1967-1968; 1988-1989; 1993-1994 e 1998-1999.
- 15 Neste aspecto o então chanceler Amorim ressalta os múltiplos ecossistemas de incomensurável riqueza que, como *países continentais*, ambos possuem. Cerimônia de assinatura do Memorando de Entendimento na Área de Meio Ambiente. Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante o almoço oferecido em sua honra pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia. Moscou, 11 de outubro de 1994. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior Do Brasil*. Brasília, Ano 20, nº 75, Jul/Dez. 1994.
- 16 PRATES, Alcides. “O Brasil e a coordenação entre os países de porte continental numa perspectiva atual”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, nº 39, 1996 (2), pp. 34-50.
- 17 Por exemplo, no caso da disputa Embraer-Bombardier que Brasil e Canadá dirimem na OMC, enquanto o Canadá conseguiu o apoio da União Européia e dos Estados Unidos, o Brasil o obteve junto aos países sul-americanos e à Índia.
- 18 PRATES, Alcides. Op. Cit.
- 19 BELLOCH, Santiago. Entrevista com o Presidente Fernando H. Cardoso realizada em 4 de julho de 1999 no Palácio da Alvorada, Brasília, *Diario Tiempo*, 19 de julho de 1999, p.40.
- 20 Nas eleições legislativas de dezembro de 1999, o Partido Comunista obteve 111 cadeiras ou 24,2% dos votos; Unidade, 76 (23,4%); Pátria Toda Rússia, 62 (12,6%); União de Forças de Direita, 29 (8,7%); Yabloko, 22 (6,1 %); e o Bloco de Ultracionalistas, 17 (6%).
- 21 O Presidente Collor também teve um encontro com Boris Yeltsin, então como Presidente da Federação Russa, república integrante da URSS, em junho de 1990, em Estocolmo. Informação fornecida pela Embaixada da Rússia no Brasil, 14 de junho de 2000.
- 22 BARROS, Sebastião do Rego. “O Brasil e a Rússia”. Em: FONSECA JÚNIOR, Gelson & CASTRO, Sérgio Nabuco de. (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Instituto de Pesquisa das Relações Internacionais, 1994, p.124.
- 23 O Chefe do Departamento da Europa, Subsecretário-Geral de Planejamento Político, visitou Moscou entre 28 de janeiro e 2 de fevereiro de 1994. O Secretário-Geral das Relações Exteriores também entre 6 e 9 de abril do mesmo ano. Ambos foram recebidos por altas autoridades, entre elas, o então chanceler Kosyrev. O então Chanceler Amorim encontrou o Vice-Ministro Mamedov

em Belém do Pará por ocasião da Assembléia da OEA, da qual a Rússia participa na qualidade de observador, realizada entre 23 e 27 de julho de 1995.

24 Em 13 de janeiro do 2000, o Ministro das Relações Exteriores russo, Igor Ivanov, manteve uma
conversaçoão telefônica com seu colega brasileiro Lampreia, na qual trocaram pontos de vista
sobre temas internacionais de interesse comum referentes à agenda das Nações Unidas,
reafirmando a proximidade das posições dos dois países e a mútua vontade de fortalecer o
diálogo sobre política externa e, em particular, incrementar as interações nas Nações Unidas.
25 Ministério das Relações Exteriores da Rússia, *Press Release*, Moscou, 14 de janeiro do 2000.
Informação fornecida por José M. Ferreira Filho, Embaixada do Brasil em Moscou, 15 de
fevereiro de 2000.

26 Não existem consulados ou consulados gerais brasileiros em outras cidades russas.

27 O corpo diplomático e consular é formado pelas seguintes pessoas: Ministra Conselheira
Claudia D'Ángelo; Adido Militar, Coronel de Aviação Dalton Luis Fraresso; Conselheiro Alcides
Prates (Setores Econômico, Comercial e de Ciência e Tecnologia); Primeira Secretária Mariane
Bravo Leite, (Setor Político – Política Externa); Primeiro Secretário Roberto Colin (Setor
Consular); Primeiro Secretário José M. Ferreira Filho (Setor Político – Política Interna – Setor
Cultural); Terceira Secretária Vivian Os Sabmartin (Setor de Imprensa) e Terceira Secretária
Cláudia Vieira Santos (Setores Econômico, Comercial e de Ciência e Tecnologia).

28 ABDENUR, Roberto. Op. Cit.

29 “O Governo brasileiro concedeu ‘agrément’ à designação de VASSILY PETROVITCH
GROMOV como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Federação da
Rússia no Brasil”, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Assessoria de Comunicação
Social, Informação 003, Brasília, 5/1/99.

30 Nessa oportunidade o Embaixador Barros também se encontrou com o Chanceler Primakov e
com o Ministro das Relações Econômicas Exteriores e Comércio, Mikhail Fradkov, quando
foram analisados o intercâmbio econômico-comercial e os instrumentos que possibilitam dinamizar
a cooperação entre os dois países.

31 O documento oficial que estabelece a *parceria* russo-brasileira não a qualifica como estratégica,
no entanto, ela é assim qualificada em comunicados oficiais específicos e em trabalhos acadêmicos
que outorgam esse caráter às parcerias incentivadas pela política externa brasileira. Considerando
esses e outros elementos desenvolvidos no artigo é que qualifico esta relação deste modo.

32 LESSA, Antônio C. “A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema
contemporâneo de relações bilaterais”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 41.
Número especial “40 anos”. São Paulo, 1998.

33 Os outros eixos são: o regional, em que o Mercosul aparece como prioritário; o norte-americano;
o europeu – baseado em Berlim – e o eixo da Concha do Pacífico – centrado em Tóquio.

34 Declarações do chanceler Luiz F. Lampreia. CARNEIRO, Luiz Orlando. “Primakov faz alerta”.
Jornal Do Brasil. 22 de novembro de 1997.

35 “Tratado sobre as relações de parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da
Rússia”. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Ano 20, N.75, Jul/Dec. 1994.

36 CARNEIRO, Luiz. Op. Cit.

37 Um antecedente, que corrobora o lugar que Moscou outorga ao Brasil como interlocutor
privilegiado na América Latina, é a “Declaração sobre princípios de interação em prol da paz e
da cooperação”. Esse documento, assinado durante a visita do Presidente Sarney a Moscou em
1988, criou um sistema de consultas permanentes entre os dois países sobre política externa,
cooperação econômica e intercâmbio cultural. Declarações deste tipo somente tinha sido assinadas
com países como a Índia, Reino Unido e Egito.

38 Quando o Secretário-Geral das Relações Exteriores Barros viajou a Moscou, em fevereiro de
1998, para presidir comissão intergovernamental de cooperação econômica, científica e tecnológica
brasileiro-russa, foi recebido em uma audiência especial pelo então Primeiro-Ministro

- Chermomirdin a quem entregou uma mensagem do Vice-Presidente Marco Maciel. Naquela missiva o primeiro-ministro foi convidado a visitar Brasil e co-presidir a primeira reunião da comissão de alto nível Brasil-Rússia.
- 39 Mensagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Primeiro-Ministro Russo Serguei Kirienko, Ministério das Relações Exteriores, Assessoria de Comunicação Social, Brasília, 28/04/1998.
- 40 “Putin quer mais laços com Brasil”. *O Globo*. 28 de março do 2000.
- 41 “FHC convida Putin a visitar o Brasil”. *Diário do Grande ABC*. Seção Política, 24 de junho de 2000. <http://www.dgabc.com.br/Politica/Politica.idc?comtal=131062>
- 42 Vice-Presidência da República, Notícias, 23.06.2000, <http://www.vicepresidencia.derepublica.gov.br/portugues/noticias.htm> Além das questões bilaterais, discutiram os programas de desenvolvimento e reforma fiscal dos dois países, os avanços da globalização e concordaram que é preciso estudar os princípios fundamentais que regulam o sistema financeiro internacional, coibindo o que qualificaram como assimetrias da globalização. O vice-presidente Maciel também foi recebido pelo chanceler Ivanov e abriu um seminário empresarial na Câmara de Comércio e Indústria da Rússia.
- 43 Está prevista a visita de uma missão empresarial russa ao Brasil no mês de julho de 2000 com perspectivas de fechar novos contratos de compra de açúcar. Estima-se que as compras russas poderiam alcançar um milhão de toneladas por ano, cifra que representaria 25 % das importações russas desse produto.
- 44 Estes países investem 0,48 % e 0,62 % respectivamente segundo dados oficiais.
- 45 BARROS, Sebastião do Rego. “Relações entre o Brasil e a Rússia”. *Revista Sociedades em Transformação*. Centro de Estudos sobre os Países Socialistas, São Paulo, Ano 1, nº 1, p. 2-5.
- 46 Embaixada do Brasil na Federação Russa <http://www.brazemb.msk.ru>
- 47 BARROS, Sebastião do Rego. Op. Cit.
- 48 SARDENBERG, Ronaldo Mota. “Os Esforços do Governo Brasileiro na Área de Pesquisas e Aplicações Espaciais”. *Seminário “A Tecnologia Espacial e seus Benefícios à Sociedade Brasileira: uma Visão Prospectiva”*. Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 26 de outubro de 1999.
- 49 Resenha Econômica nº 089, Relnet, “Lampreia descarta retaliação ao Canadá”, 11 de maio de 2000.
- 50 SANTOS, José Marcomi de Almeida. Tenente Brigadeiro, Diretor Geral do Departamento de Investigação e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica. “Exposição e Debates sobre Veículos Lançadores de Satélites e Sondagens: Benefícios e Aspectos Estratégicos”. *Seminário “A Tecnologia Espacial e seus Benefícios à Sociedade Brasileira: uma Visão Prospectiva”*. Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 26 de outubro de 1999.
- 51 ORLOV, Serguei. Centro de Investigações Estratégico-Militares do Estado Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa. “Realidades y perspectivas de la cooperación”. *Revista Iberoamericana*, Instituto de América Latina, Moscou, Ano 1998, nº. 2.
- 52 As autoridades brasileiras divulgam a Base de Alcântara enfatizando as vantagens de localização, climáticas e econômicas em relação a outras bases de lançamento de satélites – entre outras, Baikonor (Casaquistão), Kennedy (E.U.A) e Xichang (China). Mencionam 17 propostas para sua utilização, das quais pode-se destacar uma conjunta russo-americana (Angara/Atlas V ILS (E.U.A/Rússia) – 1999), para instalação de um sítio equatorial; e a assinatura de um acordo de colaboração em 1997 com o consórcio ítalo-ucraniano FIAT AVIO/YUZHNOYE 1997 (Cyclone 4) para a instalação de um complexo para o lançamento do veículo Cyclone-4. PETTENGILL, Eduardo. Brigadeiro Maior, Presidente da Infraero. “Comercialização de Serviços de Lançamento de Satélites a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara – CLA”. *Seminário “A Tecnologia*

- Espacial e seus Benefícios à Sociedade Brasileira: uma Visão Prospectiva*”. Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 26 de outubro de 1999.
- 52 Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Planejamento Diplomático, Resumo de Política Exterior, Outubro/97 e Embaixada do Brasil em Moscou, 1 de junho do 2000.
- 53 Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Planejamento Diplomático, Resumo de Política Exterior, Outubro/97 e Embaixada do Brasil em Moscou, 1 de junho do 2000.
- 54 “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação nos usos pacíficos da energia nuclear”, Brasília, 15 de setembro de 1994. Em: Ministério das Relações Exteriores, Brasília, Resenha de Política Exterior do Brasil – Ano 20, n° 75 Julho/Dezembro 1994, pp. 100-103.
- 55 Nesta instituição estava sendo investigado um superfaturamento de aproximadamente US\$ 200 mil na compra de um grupo de semicondutores em Moscou, por parte do Instituto de Física de São Carlos. SOUZA, Josias de & CARVALHO, Mário. “USP oculta compra superfaturada de equipamentos russos e contrabando”. *Folha do São Paulo*. 24 de outubro de 1999, pp. 1-3.
- 56 Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Planejamento Diplomático, Brasília, abril e maio de 1998.
- 57 *Novedades de Rússia*. Boletim mensal da Embaixada da Federação Russa na Argentina e Agência de Informação da Rússia, “Novosti”, Buenos Aires, fevereiro de 2000, p.15.
- 58 Segundo outra fonte, o próprio Ministério de Defesa russo se opôs categoricamente à venda desses aparatos ao Brasil e ao Chile, sustentando que não havia quantidade suficiente para atender necessidades próprias. SAFRONOV, Ivan. “ ‘Rosvoruzhenie’ y las armas para América Latina”. *Novedades de Rússia*. Buenos Aires, Nro. 25, abril de 2000, p.16-17.
- 59 MAZIN, Alexandr. “El complejo militar industrial de América Latina: esperanzas y realidad”. *Revista Iberoamericana*. Instituto de América Latina, Moscou, Ano 1999, n° 1.
- 60 Informação fornecida pela Embaixada do Brasil em Moscou, 1° de junho de 2000.
- 61 “Brasil quer normalizar relações militares com os Estados Unidos”. *Valor Econômico*. 26/06/2000.
- 62 Após o Brasil, segue em ordem de importância Cuba (481 milhões de dólares de comércio bilateral total) que, de acordo com os anos, alcança quantias similares e às vezes superiores às do Brasil, Argentina (190), México (144) e Equador (127), conforme dados de 1998. Como região, a América Latina alcançou nesse mesmo ano 2.272 milhões de dólares de comércio total, valores similares aos que a Rússia comercializa com o Oriente Médio.
- 63 AVRORSKI, Vladimir. Op. Cit.
- 64 O valor total do comércio bilateral em 1998 foi de 895 milhões de dólares (619 de exportações e 176 de importações brasileiras da Rússia). No primeiro quadrimestre do ano de 1999 foi de 526 milhões de dólares (478 de exportações e 48 de importações brasileiras da Rússia). *Direction of Trade Statistics*, Setembro de 1999, p. 201. As cifras mencionadas de fontes brasileiras são: 994,2 milhões de dólares de comércio total em 1998 e 307,3 no primeiro quadrimestre de 1999. QUINTELA, Thereza Maria Machado. “As relações entre o Brasil e a Rússia no limiar do novo milênio”. *Sociedades em Transformação*. São Paulo, ano VI, número 22, outubro-novembro-dezembro de 1999, pp. 19-23. A Embaixadora Quintella representa o Brasil em Moscou desde 1995.
- 65 Segundo prognósticos recentes, apesar da queda no consumo e da implementação de medidas protecionistas para aumentar a produção local, a Rússia continuará sendo um dos maiores importadores de açúcar do mundo. “Russia Seen Remaining Major 2000/01 Sugar Buyer”. *Russia Today*. May 2.
- 66 GILKIN, Anatoly & NUTENKO, Leonid. “Parámetros Básicos de un modelo de relaciones de socios”. *Revista Iberoamericana*. Instituto de América Latina, Moscou, 1998, n° 2.
- 67 Ibidem.

- 68 Um conhecedor do tema assinala que a imagem do Brasil na Rússia está dominada pelo exotismo. “Para o russo comum, o Brasil é um país pitoresco que comemora freneticamente o carnaval e joga um bom futebol. Na verdade, pouco ou nada se sabe do Brasil democrático, moderno e industrializado”. BARROS, (1994), p.131.
- 69 QUINTELLA, Thereza Maria Machado. Op. Cit., p. 22.
- 70 As companhias aéreas brasileiras nunca realizaram vôos para Moscou.
- 71 Açúcar Guaraní (usinas e refinarias de açúcar), Consultorias (FR Consultoria empresarial e de projetos), navegação e fretes (Aquarius shipping, Aliança Navegacao, Braztrans CSAV), Associação de Exportadores Brasileiros, Comércio Exterior (Apam Ltda., Mapa), Consultoria (Werco Ltda.), Goma sintética (Petroflex), Insulina (Biobrás S.A.), Banco Múltiplo (Brascan), Café solúvel e Sucos (Branco Peres, Companhia Cacique), Comércio exterior de alimentos (Lactus), Guaraná (Guaraná Tamoyo), Fertilizantes (Fertitrade), Câmara Comercial Internacional, Associação Brasileira de Produtores de frango e de carne bovina, Monteiro Aranha Holding Internacional, Jóias e Pedras Preciosas (Elias Kanaan, Amsterdam Sauer), Aeroflot, Federação de Indústrias de São Paulo (FIESP), Siderurgia (Titan Corporation), Produções Artísticas (GGMarketing Cultural), Empreendimentos culturais (Dell’Arte), Commodities Agrícolas e Subprodutos (Brazilian Comodity Trade Ltda), Associação Brasileira de Produtores de Café, Cacao e Chocolate (CIBALP Produtores Alimentícios), Transporte de cargas em containers (DTA Logística), Viagens e Turismo (Slaviantours), Logística Empresarial e Empreendimentos (CDN Ltda), Embalagens sintéticas (MDC Trading), Comercialização e engarrafamento de bebidas alcoólicas (Plodimex do Brasil), Engenharia e Projetos de grande porte (J. Mason Consultoria e Projetos Ltda.), Advocacia Empresarial (Leonardi Advocacia), Advocacia Internacional (Trencch, Rossi e Watanabe Advogados).
- 72 Informação proporcionada pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 8 de novembro de 1997.
- 73 SOARES, Aldo. “Leste europeu tenta aproximação”. *Gazeta Mercantil*. 19 de abril de 1999.
- 74 Este acordo foi assinado no final da primeira reunião da comissão intergovernamental de cooperação econômica, comercial científica e tecnológica realizada em Brasília em abril de 1999.
- 75 A embaixada russa no Brasil anunciou o início da produção dos automóveis Lada (empresa russa AutoVAZ) no Equador em fins do ano 2000 (entre 5 e 6000 unidades anuais inicialmente até chegar a 10000), para dali expandir para todos os países da comunidade andina. Nesta busca por reconquistar o mercado latino-americano existem planos de abertura de uma fábrica no Brasil para abastecer o Mercosul. LOPEZ, Fernando. “AutoVAZ fabricará o Lada no Equador”. *Gazeta Mercantil*. 29 de agosto a 4 de setembro de 1999, p. 3A.
- 76 GLINKIN & NUTENKO. Op. Cit.
- 77 Informação fornecida pela Embaixada do Brasil na Rússia, junho de 2000.
- 78 BARROS, Sebastião do Rego. Op. Cit., p. 5.
- 79 QUINTELLA, Tereza Maria Machado. Op. Cit., p. 22
- 80 GILKIN & NUTENKO. Op. Cit.
- 81 Memorando de entendimento para intercâmbio de informação sobre receitas financeiras obtidas por meio da lavagem de dinheiro assinado pelo Vice-Presidente do Brasil, Marco Maciel, e pelo Primeiro-Ministro russo Mikhail Kasianov, Moscou, 23/06/2000. Segundo Maciel, ambos os governos promoveram com este mecanismo o controle conjunto dos movimentos financeiros visando combater o crime organizado. Vice-Presidência da República do Brasil. Notícias, 25/06/2000. <http://www.vicepresidencia.darepublica.gov.br/portugues/noticias.htm>. e *Jornal do Comércio*. Recife, 23/06/2000.
- 82 BARROS, Sebastião do Rego. Op. Cit., pp. 128-129.
- 83 Consulta realizada ao Secretário José M. Ferreira Filho, Embaixada do Brasil em Moscou, 10 de abril de 2000.

Resumo

Este artigo aborda brevemente a evolução das relações entre Brasil e Rússia, desde os tempos da União Soviética, para remarcar o contraste entre uma relação até bem pouco tempo distante e o atual status de *parceria* que une os dois países. Estas relações bilaterais são descritas e analisadas a partir de áreas temáticas diferenciadas: político-diplomática, econômico-comercial e de cooperação tecnológica. O texto inclui também conceitos presentes fundamentalmente no desenho e análise da política externa brasileira, tais como: desenvolvimento, países-continente e parcerias estratégicas. O contexto do pós-Guerra Fria favoreceu o desenvolvimento desta relação, mas as percepções recíprocas em relação a condição de países-continente, bem como o papel que lhes cabe como atores relevantes na construção de um ordem multipolar, são considerados como os principais pilares do estabelecimento de uma *parceria estratégica* entre Brasil e Rússia.

Abstract

This article briefly traces the development of the relations between Brazil and Russia, when the latter was still the Soviet Union. It aims to stress the contrast between a distant relationship some years ago and a partnership nowadays. The bilateral relations are depicted and analyzed through political, diplomatic, economic, commercial and technological aspects. The author also presents some key concepts used in the Brazilian foreign policy analysis, such as “development”, “continental countries” and “strategic partnership”. Although the post Cold War context may be one of the main reasons for the development of the relationship, the author argues that reciprocal perceptions as continental countries and the role in building a multipolar international order are more relevant factors which have favored the consolidation of a strategic partnership.

Palavras-chave: Brasil. Rússia. Política Externa. Políticas de cooperação. Relações comerciais.

Key-words: Brazil. Rússia. Política Externa. Cooperation policies. Commercial relations.